

Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR

Tatyana Scheila Friedrich¹

Bruna Pupatto Ruano²

Elaine Cristina Schmitt³

João Arthur Grahl⁴

José Antonio Peres Gediel⁵

Luis Allan Künzle⁶

Marcio de Oliveira⁷

Renata Senna Garrafoli⁸

Tamara Zazéra Rezende⁹

INTRODUÇÃO

O presente artigo relata a experiência de um programa da Universidade Federal do Paraná, desenvolvido desde o final de 2013, a partir de ações e projetos de extensão realizados conjuntamente por diversos cursos e direcionados ao atendimento de demandas de migrantes e refugiados, residentes na cidade de Curitiba e região metropolitana.

Trata-se do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira, composto de seis projetos. Quatro deles iniciaram como ações e hoje são projetos de extensão registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura: o Projeto de Extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária, desenvolvido no âmbito do curso de Letras e seu Centro de Línguas e Interculturalidade (Celin); o Projeto de Extensão Migrações, Refúgio e Hospitalidade, do curso de Direito; o Projeto de Extensão Desenvolvimento de Cursos de Capacitação em Informática para Imigrantes, do curso de Informática; o Projeto de Extensão Migração e Processos de Subjetivação: Psicanálise e Política na Rede de Atendimento aos Migrantes, desenvolvido no Departamento de Psicologia. Além deles, há no Programa uma atuação efetiva de duas outras frentes: a Oficina de História do Brasil para Haitianos, que corresponde a um dos projetos desenvolvidos pelo PET-História da UFPR, e a participação do Grupo de Pesquisa Migrações Internacionais e Multiculturalismo, registrado no CNPQ e a cargo do Departamento de Sociologia. Todas essas iniciativas fazem parte formalmente do Programa de Extensão.

1 Professora Associada de Direito Internacional Privado da UFPR

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFPR, professora de Português como Língua Estrangeira no Centro de Línguas e Interculturalidades na mesma instituição.

3 Professora do Departamento de Psicologia da UFPR

4 Professor do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DELEM) da UFPR

5 Professor Titular de Direito Civil da UFPR

6 Professor do Departamento de Informática da UFPR

7 Professor Titular de Sociologia da UFPR

8 Professora do Departamento de História da UFPR e coordenadora do do PET-História

9 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR

A metodologia empregada nesse artigo é a descritiva uma vez que apresenta precisamente uma prática que vem sendo realizada dia a dia, a partir de um relato contextualizado, com objetividade e aporte teórico, e com vistas a contribuir de forma relevante para a área de atuação. Também se utiliza a metodologia analítica pois, além do relato, traz-se considerações significativas decorrentes da reflexão individual e coletiva de seus autores.

Cada projeto que compõe o Programa apresenta objetivos, metodologias e marcos teóricos próprios mas todos se concentram na preocupação com uma população vulnerável que são os migrantes e refugiados, buscando não somente atender suas demandas imediatas mas também sensibilizá-los reciprocamente para as suas necessidades e buscas de soluções comuns, projetando-as na perspectiva de efetivação dos direitos humanos, dos direitos fundamentais da cidadania e da inclusão social.

OBJETIVOS DA EXPERIÊNCIA

O foco principal do Programa de Extensão é o atendimento do migrante e do refugiado diante da complexa conjuntura em que se encontram, com dificuldades internas e individuais por estarem distanciados de suas origens e dificuldades sociais, ligadas às complexidades em relação à comunicação e compreensão do país, dos direitos e deveres, do funcionamento do mercado de trabalho, além do enfrentamento diário da pobreza e da discriminação.

Assim, o programa promove atividades para a superação da barreira linguística, com formulação de métodos de estudo do português brasileiro como língua de acolhimento, facilitando a inserção de refugiados e migrantes na sociedade brasileira como um todo; realiza o apoio, assessoria e orientação jurídica, na perspectiva de promoção e defesa dos direitos da cidadania e direitos humanos, promovendo também seminários, cursos e atuações concretas; desenvolve atividades de extensão na área da informática com vistas à inclusão digital, facilitando a inserção no mercado de trabalho; além de oferecer atendimento psicológico aos seus destinatários.

Todas essas ações práticas não são dissociadas de outros objetivos, voltados tanto para o interior da Universidade como para a sociedade, tais como: estimular aperfeiçoamentos curriculares e a produção acadêmica que tenham como tema as migrações, o refúgio e a apatridia, e que resultem na divulgação de formulações que reforcem a cultura da hospitalidade e da solidariedade recíprocas, afastando-se da compreensão de que as migrações são um fim em si mesmo; reconhecer na migração um tema gerador de conhecimento, que permita identificar as lacunas na produção científica e nas políticas públicas e legislativas brasileiras; aproveitar a transitoriedade dos estudantes e dos destinatários das ações de extensão para formular modelos de ensino e de intervenção que exijam a flexibilidade, a agilidade e a permanente transformação das ações da Universidade; elaborar documentos e assessorar a execução de políticas migratórias voltadas ao ingresso de refugiados e migrantes na UFPR e em outras instituições de ensino superior e de ensino fundamental e médio; elaborar documentos e assessorar as atividades de revalidação de diplomas estrangeiros de refugiados e migrantes; além de promover eventos e outras atividades que qualifique os refugiados e migrantes para o exercício dos direitos da cidadania na sociedade brasileira.

Assim, o Programa se empenha para contribuir para a formulação de política migratória, que altere a atual política institucional do Estado brasileiro, ao reconhecer que o fenômeno do refúgio e da migração tem, atualmente, um perfil diferenciado e requer um debate público aprofundado, que acolha os pressupostos da proteção integral dos migrantes e refugiados e se inscreva na perspectiva filosófica da alteridade, hospitalidade e dos direitos humanos. Também se pretende fomentar uma cultura institucional que crie um ambiente propício a prevenir a constituição de uma mentalidade excludente e discriminatória na universidade, na sociedade e demais órgãos públicos, em relação aos migrantes e refugiados, sem descuidar de tratamento específico que a multiplicidade das migrações, seus fluxos e tempos exigem, evitando um tratamento homogêneo e padronizado das políticas propostas.

METODOLOGIA EMPREGADA

Em relação à metodologia, as atividades de extensão requerem, necessariamente, a participação que permita o diálogo atento e permanente entre a comunidade universitária e a comunidade destinatária das ações. “A extensão como diálogo” encontrou na “pesquisa participativa” um elemento de concretização para permitir esse diálogo entre sujeitos, ocupando lugares distintos na sociedade e dotados de conhecimento de natureza diversa. O reconhecimento do outro como sujeito da fala e detentor de conhecimentos e habilidades específicas exige um esforço metodológico para romper a tradição cientificista da modernidade, que coloca o conhecimento científico a serviço do poder, ou melhor, da dominação da natureza, da sociedade ou do outro. Reconduzir as práticas extensionistas da universidade ao lugar de onde decorrem questões e problemas não reconhecidos ou pouco estudados pela academia resulta em um reconhecimento da imperfeição de um saber que se fecha em si mesmo, a partir de pressupostos teóricos abstratos e sem o compromisso com a vida social. A interdisciplinaridade em seu aspecto positivo facilita esse retorno a um conhecimento em permanente questionamento sobre suas deficiências, nas respectivas áreas específicas enclausuradas em seus pressupostos teóricos. Por outro lado, há que se tomar cuidado para que a universidade, em suas ações extensionistas, não abandone o conhecimento já acumulado, nem desconheça esses pressupostos que devem ser testados pelas práticas.

O Programa realiza ações em concreto, mas também tem um trabalho intelectual intenso então a metodologia é plural, para fazer uma melhor abordagem dessas duas frentes de atuação. As atividades de extensão têm uma abordagem interativa, dialógica e bidirecional, com aplicação de metodologias participativas. Para a realização dos trabalhos de pesquisa são utilizados os métodos indutivos, a partir da observação de casos particulares, e dedutivo, pela aplicação particular de leis gerais, assim como o método dialético, através do qual são elaboradas conclusões com base na contradição de teses. Os métodos de procedimento utilizados são o histórico, com o relato de fatos e teorias acerca do assunto, bem como o comparativo, examinando-se as semelhanças ou oposições das normas das ordens legais e dos atos governamentais dos países envolvidos no objeto do estudo (Brasil, Haiti e Síria, por exemplo.). A forma base da pesquisa é a bibliográfica, através da leitura e análise de Leis, Tratados Internacionais, Textos e Doutrina especializada.

O SURGIMENTO DA EXPERIÊNCIA

O PBMIH (Português Brasileiro para Migração Humanitária), criado em outubro de 2013 pelos Professores Emerson Pereti, João Arthur Grahl e Bruna Ruano, foi o primeiro projeto do atual programa Política Migratória e Universidade Brasileira. O seu objetivo era inicialmente ministrar aulas de português aos migrantes haitianos residentes em Curitiba mas logo nos primeiros encontros surgiram problemas que extrapolavam as expectativas quanto às necessidades dos alunos: questões para além do âmbito linguístico. Por exemplo: um professor em uma aula cujo tema era trabalho e direitos trabalhistas perguntou aos estudantes quem tinha um holerite de salário para ser analisado com o grupo. Entre os professores voluntários havia um que estudava Direito paralelamente ao projeto e durante a atividade, ficou evidente a falta de pagamento de horas extras a que o aluno estava sendo submetido em seu emprego. A partir desse fato, constatou-se que outros alunos também sofriam o mesmo problema. Em outra turma, ainda seguindo a mesma temática, os professores propuseram aos alunos uma atividade de construção de currículo no laboratório de informática, e com muita surpresa, perceberam que vários migrantes haitianos não tinham letramento digital. Nesses casos, além da barreira linguística, enfrentava-se algo externo à competência linguística. Como exemplo pode ser citado o fato de que alguns não possuíam endereço eletrônico, não tinham familiaridade com o teclado do computador, não sabiam manipular o mouse, entre outros. Em outro grupo de ensino de português, certos professores ministrantes apontaram que alguns alunos haitianos estavam extremamente abalados psicologicamente devido à sua situação

e utilizavam o ambiente de sala de aula para expor seus problemas. Assim eram relatados casos de racismo, xenofobia, ausência da família, adaptação a uma nova cultura e país, gerando em algumas situações, quadros depressivos. Os professores de português não sabiam exatamente como agir nessas horas.

A partir dessas constatações diversas, os coordenadores do projeto PBMIH perceberam que, por um lado, não havia competência específica para resolver essas demandas interdisciplinares mas, por outro, elas não poderiam ser ignoradas, uma vez que se manifestavam no ambiente de ensino e conseqüentemente influenciavam o processo de ensino-aprendizagem do português brasileiro.

Havia a opção de abstrair esses problemas e focalizar somente no que diz respeito à língua. Porém, buscou-se caminhos dentro da universidade para se trabalhar em conjunto com outros departamentos em torno de uma mesma causa: um acolhimento mais abrangente dos migrantes.

Em janeiro de 2014, foi marcada uma reunião com os professores da área de Direito da UFPR: José Antonio Gediel e Vera Karam para propor uma parceria com o envolvimento de estudantes deste curso. Dessa forma seria possível encaminhar os alunos migrantes do curso de português que manifestassem alguma questão legal para que fossem auxiliados por professores e estudantes da área. Já no início do semestre letivo de 2014 estabeleceu-se a parceria pois a demanda de Letras encontrou no Direito um terreno já preparado para a questão. Em setembro de 2013, o Reitor da UFPR, Prof. Zaki Ackel Sobrinho, havia firmado termo de parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR-BRASIL, no qual se estipularam ações da Universidade, que deveriam atingir o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional, no âmbito da instalação da cátedra Sérgio Vieira de Mello. Os próprios professores José Antonio Peres Gediel e Vera Karam de Chueiri haviam sido designados como coordenadores e, na seqüência, houve a adesão da Professora Tatyana Scheila Friedrich.

No mesmo período, o professor do departamento de informática da UFPR Luis Allan foi contatado pelos coordenadores do PBMIH para participar com aulas de computação para os estudantes haitianos. Ele começou um projeto com seus alunos do PET-informática utilizando dois laboratórios do curso de letras antes das aulas de português. Naquele momento, ao fim do primeiro semestre de 2014, trabalhava-se com três departamentos distintos da UFPR em torno do mesmo tema. No início do segundo semestre deste mesmo ano, o departamento de psicologia, sob a coordenação da professora Elaine Schmitt, e o PET de História, com a supervisão da professora Renata Senna Garraffoni aderiram à proposta nesse mesmo modelo: professores e alunos trabalhando em conjunto com o foco nos migrantes haitianos. Surge então, em 2015, de comum acordo o Programa de Extensão e Pesquisa Política Migratória e Universidade Brasileira –PMUB/UFPR, agregando todas as iniciativas.

O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira –PMUB/UFPR, como visto, é composto de vários Projetos de Extensão e ações localizadas, cujas atividades se desenvolvem em múltiplos cursos e setores da UFPR, todas com o objetivo de promover ações extensionistas que aproximem docentes, estudantes e técnicos administrativos da Universidade com indivíduos ou grupos que se encontram na condição de migrantes e refugiados. Embora haja um fio condutor comum para todos os projetos, cada um apresenta suas peculiaridades, metodologias e conclusões próprias, a seguir analisadas.

PROJETO DO CURSO DE LETRAS: “PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA MIGRAÇÃO HUMANITÁRIA” (PBMIH)

O Projeto “Português Brasileiro para Migração Humanitária”, como visto, foi organizado em 2013 pelo Curso de Letras e o Centro de Línguas e Interculturalidade (Celin) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A iniciativa atualmente consiste na criação de um programa de ensino, pesquisa e extensão de Português Brasileiro como língua de acolhimento¹⁰ voltado a migrantes na condição de refugiados e/ou em situação de vulnerabilidade social¹¹.

Para que fosse construída uma ação de ensino adequada à situação do migrante haitiano, houve uma reunião primeiramente com a Associação dos Haitianos de Curitiba, já que na época essa era a comunidade mais expressiva na capital paranaense. Laurette Bernardin, presidente da Associação, organizava uma reunião quinzenal na ONG Casa Latinoamericana (Casla). Esse encontro foi muito importante, pois conseguiu aliar as necessidades dos alunos com as possibilidades da Universidade, sendo que a publicidade seria feita pela Associação, o que foi vital para a construção do projeto de ensino.

Desde o início trabalhou-se com a perspectiva de testar novas metodologias para este público, já que o ensino de português para migrantes e refugiados é uma área recente no país. As aulas são ministradas por professores atuantes no CELIN (Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR) juntamente com alunos do curso de Letras, tanto da graduação, como da pós-graduação. Essa parceria é muito importante devido à experiência de mais de vinte anos no ensino de português como língua estrangeira deste Centro.

Na tabela a seguir são mostradas as modificações trazidas pelo PBMIH em três anos de atuação. Ao início tinha-se como base o Programa de Português como Língua Estrangeira (PLE) do Celin e assim que se percebeu as especificidades do público atendido pelo projeto, ajustou-se a prática às particularidades dessas demandas como se segue, criando uma dinâmica própria:

| | PLE Celin | PBMIH |
|----------------------|--|--|
| Nivelamento | O aluno deve fazer um teste de nivelamento e uma entrevista (nas datas e horários estipulados previamente – uma semana antes do início de cada módulo) ¹ | O aluno preenche uma ficha de inscrição no projeto, escreve um pequeno texto em português e passa por uma entrevista (não existe datas específicas, acontece semanalmente durante todo o ano letivo) |
| Entrada | Há um período pré-determinado para matrículas, o aluno pode ser intercambista (gratuito), ou estudante da comunidade externa à UFPR (curso pago, salvo contemplados com bolsa) | O aluno pode entrar no projeto em qualquer momento, o único pré-requisito é ter vaga (20 alunos por turma), o curso é gratuito. |
| Carga Horária | Cursos regulares: 15h semanais (um módulo a cada 2 meses); Curso intercambistas: 4h semanais (um módulo por semestre); | 3 horas por semana aos sábados (um módulo por semestre) |

¹⁰ Língua de acolhimento: expressão que se associa ao contexto migratório. Sendo geralmente um público adulto, aprende português não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento tem de ser o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática (Grosso (2010 :68) *apud* BARBOSA; RUANO (2016:324)).

¹¹ Para mais informações sobre o histórico do projeto, consultar Ruano, Grahl, Peretti (2016:291).

| | | |
|--|--|--|
| Materiais | Livro didático desenvolvido pelo Celin-UFPR ² | Os professores e estagiários desenvolvem o material semanalmente, não há apostila. |
| Temática | As aulas seguem uma linearidade, com um conhecimento dependendo do outro durante o módulo (Cursos Regulares: uma unidade temática a cada duas semanas. Intercambistas: um tema por mês) | Temas selecionados com base nas necessidades imediatas dos alunos que podem ser trabalhados por duas semanas. Cada aula é uma tarefa comunicativa fechada. Os encontros não seguem uma linearidade, mas um modelo espiral centrífugo. ³ |
| Avaliação | Acontece duas vezes dentro do mesmo módulo. Ao total os alunos desenvolvem duas avaliações escritas e duas entrevistas orais. Para seguirem para o próximo nível precisam ter média 70 e 80% de frequência | A avaliação acontece apenas uma vez no módulo (final do semestre) e serve para verificar o nível do aluno, não há reprovação, mas fazemos uma prova como um documento de auto-avaliação para reorganização nos níveis |
| Formação de Professores/ estagiários | Uma vez por ano há um curso de formação. Os novos estagiários devem atualmente lecionar no PBMIH. Para sua formação existe uma reunião semanal e todos devem participar ao longo do ano de grupos de trabalhos temáticos | Há encontros de formação continuada semanalmente: oferta de disciplinas optativas na graduação de Letras e um grupo de pesquisa supervisionado por uma professora da Pós Graduação |
| Perfil dos alunos | A maior parte dos alunos são intercambistas. Também atende a comunidade externa de perfil bastante variado. ⁴ | Todos são refugiados ou portadores de visto humanitário; |
| Perfil das turmas no que diz respeito à língua materna dos alunos⁵ | Turmas heterogêneas ⁶ | Turmas homogêneas, no caso dos haitianos (todos falam créole); e heterogêneas no caso das turmas de acolhimento ⁷ |
| Base teórica | Português como língua estrangeira (PLE) ⁸ | Português como língua de acolhimento ⁹ |
| Metodologia de trabalho | As aulas seguem o modelo tradicional de aulas com um professor que prepara e ministra. | “As aulas são preparadas e ministradas por equipes compostas por um ou dois coordenadores (...) e um grupo de estagiários.” ¹⁰ |

Atualmente, o PLE-CELIN e o PBMIH trabalham em conjunto. No início o PLE deste Centro era a referência de prática para todo o processo de ensino. Hoje, verifica-se que há uma via de mão dupla entre os dois programas em que ambos recontextualizam suas práticas, preservando e respeitando suas especificidades, colaborando um com o outro.

DADOS E PERFIL DOS ALUNOS PBMIH

De acordo com os dados levantados por Ruano e Cursino (2015), o projeto PBMIH atendeu de novembro de 2013 até dezembro de 2015, 842 alunos haitianos. No presente momento (primeiro semestre de 2016) 150 estudantes estão frequentando as aulas do PBMIH. Desta forma, desde sua criação até agora (junho 2016) já passaram pelas aulas de português ofertadas pela UFPR um total de 992 migrantes haitianos.

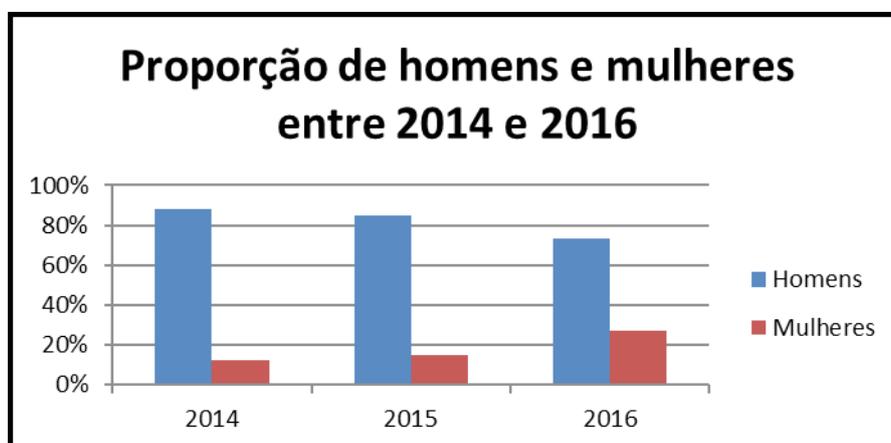


Alunos presentes em uma das turmas atendidas pelo projeto

Crédito imagem: Brunno Covello

No que concerne o perfil dos alunos atendidos pelo projeto em 2015, 85% são do sexo masculino e 59% possuem entre 26 e 35 anos. Entre os estudantes do PBMIH 62% estão no Brasil há um ou dois anos e 33% chegaram ao país há menos de um ano.

Um aspecto que nos chama atenção positivamente neste perfil é o aumento do público feminino no decorrer desses três anos, como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: PBMIH-UFPR

Em 2016 há 27% de alunas em contraste com 2014, quando apenas 12% do público do projeto era composto por mulheres. Percebeu-se em sala de aula que esse aumento se deve em parte devido ao fato que alguns alunos estão trazendo suas famílias. Essa nova realidade proporciona também uma mudança na prática didática quanto à escolha dos temas: discussão de igualdade de gênero, o papel da mulher na sociedade; além disso, acredita-se que os professores do projeto devem incentivar e dar espaço à voz feminina nas dinâmicas de classe, posicionando-se e não mantendo uma pretensa neutralidade, mas privilegiando uma educação crítica. Isso advém do fato de que grande parte dos estagiários relatavam continuamente a supressão da voz feminina pelos seus colegas homens. Esse é um exemplo de nosso papel enquanto educadores em uma universidade cujo objetivo é de reformular as práticas durante o processo de ensino/aprendizagem sem se basear somente em aspectos estritamente linguísticos, mas tentando adaptar-se às demandas que emergem em sala. O programa de ensino, diferentemente de cursos regulares, é somente um ponto de partida, mas não de chegada.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Além dos desafios encontrados ao longo do processo de ensino, como os mencionados acima, surgiu uma questão importante de ordem institucional: como fidelizar os coordenadores e professores do projeto. Inicialmente todos eram voluntários, mas para haver uma estabilidade e um avanço, havia a consciência desde o princípio que grande parte dos esforços dos coordenadores deveria ser no sentido de captar recursos para o pagamento de bolsas prevendo a institucionalização e sustentabilidade do PBMIH. Conseguiu-se algum orçamento de agências de fomento e do Ministério Público do Trabalho para o pagamento de determinadas bolsas, mas que não têm uma garantia de continuidade, pois dependem da situação política e econômica do país.

Sabia-se também desde o princípio que o ideal seria que o poder público assumisse essa frente do ensino de português para migrantes e refugiados como política de estado e está se tentando trabalhar nesse sentido. Atualmente há uma parceria com a SEED, Secretaria de Educação de Estado do Paraná, para um curso de formação ofertado pelo PBMIH/Celin-UFPR a professores do estado, tanto da educação básica quanto de jovens e adultos (EJA). Acredita-se que esta prática deve ser ampliada com o intuito de criar centros multiplicadores com profissionais formados para essa área de atuação específica.

Foram confeccionados também materiais didáticos que estão sendo distribuídos gratuitamente para outras instituições que trabalham com este público, como forma de democratizar o conhecimento gerado dentro do projeto em uma universidade pública.

Para concluir, é necessário lembrar que o projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária teve um início, e enquanto houver migrantes, pretende-se dar continuidade a essa prática, uma vez constatado que o mesmo se tornou tão importante para esses refugiados quanto para a comunidade acadêmica de Letras/UFPR como um todo.

PROJETO DO CURSO DE DIREITO: PROJETO DE EXTENSÃO REFÚGIO, MIGRAÇÕES E HOSPITALIDADE

O Projeto de Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade tem por finalidade prestar assistência jurídica a refugiados e migrantes, na perspectiva da defesa e promoção dos direitos fundamentais e humanos, permitindo o aprofundamento e a qualificação dos estudantes de direito em matéria de direito dos migrantes, além do desenvolvimento institucional de uma cultura da hospitalidade, de valorização da diversidade cultural e do pluralismo jurídico inclusivo.

A hospitalidade é o valor central do Projeto, configurando, inclusive, em seu nome. Jacques Derrida (DERRIDA, 1996) e Leonardo Boff (BOFF, 2005) são pensadores essenciais, que estão na base de todo trabalho prático e teórico realizado. A alteridade é o valor ético que perpassa toda atividade, com inspiração em Levinas. (LEVINAS, 2009). Hannah Arendt (ARENDR, 2000) e Giorgio Agambem (AGAMBEM, 2002) são marcos teóricos para a compreensão da relação que envolve o ser humano e o Estado, nas mediações entre nacionalidade e poder.

Com essa base filosófica e axiológica, o Projeto também atua além do atendimento pessoal das demandas, buscando: estudar, divulgar, informar e aprofundar o debate em torno das migrações e refúgio, no âmbito da UFPR; Orientar e assessorar refugiados e migrantes, criando uma rede de defesa de direitos que integrem as ações da Universidade; Formular pedidos administrativos, petições, pareceres, minutas de instrumentos normativos (leis, resoluções, portarias, etc.) e outros documentos jurídicos pertinentes; Atuar de forma efetiva em espaços de formulação de políticas públicas para o público-alvo. Espera-se contribuir para afastar a ideia originária que liga o estrangeiro a um conceito negativo, "*lo straniero come non cittadino, il non cittadino come homo non dignus*" (PALCHETTI et al, 20012, p.28).

Inicialmente, em 2014, os atendimentos aos haitianos ocorriam aos sábados e aos sírios em dia de semana, sempre durante as aulas de Português ofertadas pelo PBMIH. Vários alunos de Direito, voluntários, e professores se dirigiam às salas próximas às salas de aula de língua, onde passavam a tarde recebendo os migrantes que eram liberados aos poucos das aulas pelos professores do PBMIH, para esse fim. Com a consolidação do projeto, uma sala de aula foi disponibilizada na sede do curso de Direito, na Praça Santos Andrade, distante três quadras da Reitoria, onde fica o curso de Letras. Nessa sala, há toda a estrutura para que vários atendimentos sejam feitos ao mesmo tempo, com espaço para reuniões. Atualmente também são atendidos migrantes de outras nacionalidades e que não fazem o curso de Português. Duas vezes por semestre os alunos e os professores de Direito vão até o local das aulas de Português para atender, em forma de plantão, aqueles que não podem se dirigir até a sala de atendimento jurídico, nos dias de semana.

Em relação aos haitianos, o público que tem se apresentado é composto por homens, em sua maioria, que vieram sozinhos e que agora trabalham basicamente no setor da construção civil. As mulheres vieram juntamente com parte da família, e muitas relatam que gostariam de trazer outros membros da família, sobretudo os outros filhos que ficaram no Haiti. Em geral elas realizam trabalhos de asseio e conservação, em residências ou como empregadas terceirizadas de empresas. A grande maioria dos haitianos atendidos em 2014, 2015 e início de 2016 apresentam o visto humanitário ou o protocolo de pedido de refúgio, que se transformará naquele visto. Muitos dizem que pretendem voltar para o Haiti um dia, mas não sem antes estudar e se qualificar no Brasil. Os atendimentos têm demonstrado que a maior parte da demanda concentra-se na questão da educação, ingresso na educação formal e reconhecimento dos estudos já realizados no Haiti (primeiro grau, segundo grau e ensino superior completo e incompleto), além da busca pela oportunidade de trabalhar na área de sua formação ou de encontrar trabalhos melhores. Muitos também vêm em busca de seus direitos trabalhistas, desrespeitados por seus empregadores. A reunião familiar também é uma demanda importante. Recentemente, sobretudo a partir de 2016, tem-se percebido que muitos haitianos pretendem sair do Brasil para tentar outras oportunidades, principalmente onde o câmbio monetário se lhes mostra mais favorável, e novas demandas têm surgido como informações e pedidos de auxílio para obtenção de visto de entrada em outros países, problemas comerciais com agências de viagens que tiram vantagem da vulnerabilidade em que se encontram, dentre outros.

O Projeto realiza semanalmente encontros de pesquisa científica, de modo a criar uma formação especializada no tema da circulação de pessoas. Nesse caso, a metodologia utilizada é da pesquisa aplicada, levando em consideração a pesquisa interdisciplinar, que ultrapassa os conhecimentos específicos da área jurídica, a fim de encontrar um ponto de contato na defesa da cidadania e dos direitos humanos, como imperativo das ciências e da atuação da Universidade.

A regulamentação nacional e internacional já foi abordada, a abordagem conceitual do tema das migrações, além do estudo pormenorizado das obras: "Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade", em 2014; "Origens do Totalitarismo",

"A Condição Humana" e "We Refugees" de Hannah Arendt, em 2015. Em 2016 foram estudados e debatidos cinco textos dos que compõem o volume III da Coleção Direito Internacional Multifacetado: "Direitos Humanos, Guerra e Paz". Os grupos de estudos e os debates servem como base para a compreensão e a qualificação dos estudantes em espaços da sociedade e para defesa dos direitos junto aos órgãos públicos, onde efetivamente se verifica a vulnerabilidade jurídica dos migrantes.

Vários professores e vários alunos já publicaram artigos e capítulos de livros decorrentes dessa atividade de investigação organizada pelo Projeto, destacando-se a publicação do livro Refúgio e Hospitalidade, lançado em abril de 2016, em parceria com o ACNUR. Nessa obra, organizada pelo Professor José Antonio Peres Gediel e por Gabriel Godoy (ACNUR), há artigos de vários doutrinadores, além de professores e participantes dos variados projetos que compõem o Programa.

PROJETO DO PET - COMPUTAÇÃO: PROJETO DE EXTENSÃO DE- SENVOLVIMENTO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM INFORMÁ- TICA PARA IMIGRANTES

A oferta de cursos de capacitação em informática para imigrantes, por integrantes do Programa de Educação Tutorial em Computação (PET Computação) da UFPR, teve início em 2014, a partir de uma demanda feita pelos próprios imigrantes aos coordenadores do projeto "Português Brasileiro para Migração Humanitária", como narrado acima. Nesse momento estava em curso um grande fluxo de imigrantes haitianos ao Brasil e a maior parte deles obtinha colocações no mercado de trabalho em funções de pouca exigência de qualificação e de baixa remuneração. Nesse sentido, a solicitação destes imigrantes por cursos de capacitação em informática visava superar algumas dificuldades importantes para sua integração no país. Em primeiro lugar, uma inserção no mercado de trabalho em funções de melhor qualificação, o que possibilitaria melhor remuneração e melhores condições de trabalho. Além disso, havia também muitos imigrantes que já detinham conhecimentos em informática, adquiridos em cursos e formações realizados em seu país de origem, mas que não possuíam nenhum documento ou certificação que permitisse comprovar isso. Outros, ao contrário, nunca tiveram acesso a um computador em seu país de origem. Em segundo lugar e não menos importante, os cursos de capacitação permitiriam a muitos imigrantes dominar ferramentas que facilitassem a manutenção do contato com seus familiares e amigos que permaneceram nos seus países de origem.

Inicialmente foi necessário efetuar diversas adequações na forma como usualmente são estruturados os cursos de capacitação ofertados pelo PET Computação. A partir de um levantamento inicial junto aos imigrantes que participavam dos cursos de português, foi possível identificar uma demanda de quase uma centena de interessados, que somente poderia ser atendida, em sua totalidade, se os cursos fossem oferecidos nos laboratórios do Departamento de Informática da UFPR, no Centro Politécnico. Entretanto, as condições de trabalho e de vida desses imigrantes, em Curitiba, não permitiam que essa opção fosse escolhida, pois a maior parte deles trabalha de segunda-feira a sexta-feira o dia todo, assim como nos sábados pela manhã. Além disso, os custos e o tempo envolvidos no uso do transporte coletivo eram uma restrição imperativa. Decidiu-se então que esses cursos seriam oferecidos nos sábados à tarde e no Campus da Reitoria da UFPR, local e período de realização das aulas de português. Esta escolha nos impôs duas fortes restrições no formato dos cursos. A primeira se refere ao uso de apenas dois laboratórios de informática disponíveis, limitados a quinze máquinas cada um. A segunda restrição a uma janela de trabalho de apenas 90 minutos, entre 13h30 e 15h00. Outras características importantes do grupo de interessados estavam relacionadas à grande heterogeneidade tanto no que se refere ao domínio da língua portuguesa e ao domínio de conhecimentos básicos de informática.

Considerado este contexto, o projeto foi definido com as seguintes características:

- somente podem se inscrever os estudantes que estiverem regularmente matriculados nos cursos de língua portuguesa, a partir do nível “Básico dois”;
- cursos semestrais, com aproximadamente 12 aulas;
- duas turmas oferecidas a cada semestre, com 15 alunos cada;
- uma turma de nível básico, cujo conteúdo compreende uma iniciação ao uso do computador;
- uma turma de nível intermediário, cujo conteúdo visa o domínio inicial em edição de texto, planilha eletrônica e de acesso à internet;
- uma etapa de nivelamento com todos os inscritos, para compor ambas as turmas.

A etapa de nivelamento consiste em apresentar, para cada candidato, um conjunto de atividades, com nível crescente de dificuldade. A partir dos resultados são estabelecidas as turmas e as listas de espera para os candidatos que não conseguiram uma das 30 vagas.

METODOLOGIA

A organização do conteúdo de cada curso é realizada em função do número de aulas que serão efetivamente ministradas a cada semestre. Esse número é dependente dos feriados e da realização de provas nacionais ou concurso vestibular, situações em que é vedado o acesso aos laboratórios. O curso de nível básico compreende aulas de apresentação das unidades e periféricos que compõem um computador, uso básico da interface do sistema operacional (arquivos, pastas e execução de programas), digitação e acesso básico à internet. O curso de nível intermediário é focado nos aplicativos de escritório, como editor de texto, planilha, e-mail, acesso web e uso de redes sociais.

A estrutura utilizada para cada aula consiste em um “professor”, responsável por apresentar o conteúdo da aula e dois ou três “monitores” que acompanham os alunos na realização dos exercícios. Essa estrutura sofreu diversas mudanças desde o início do projeto. Mesmo com a etapa de nivelamento, cada turma, seja do básico ou do intermediário, é composta por alunos com grande disparidade no domínio das ferramentas computacionais. A metodologia tradicional, inicialmente adotada, que consistia em repassar um determinado conteúdo, propor exercícios relacionados a esse conteúdo e aguardar sua execução por todos os alunos para continuar com a apresentação de novos conteúdos, mostrou-se inadequada, uma vez que os alunos demandam de períodos de tempo muito díspares para resolver os exercícios propostos. A metodologia com melhores resultados, atualmente em uso, consiste em apresentar inicialmente todo o conteúdo da aula e disponibilizar para os alunos um extenso rol de exercícios, de complexidade crescente. Isto permite que aqueles que possuem maior domínio de conteúdo possam avançar de forma autônoma, ocupando todo o tempo de aula disponível, enquanto os monitores acompanham os alunos com maior dificuldade.

EQUIPE DE TRABALHO

A proposta de realização dos cursos foi inicialmente apresentada a alunas e alunos integrantes do PET Computação da UFPR, que é composto por alunos dos bacharelados em Ciência da Computação e em Informática Biomédica. Já no início do projeto, em 2014, buscou-se ampliar o número de participantes, de forma a possibilitar que essa participação ocorresse quinzenalmente, no que se refere às atividades de docência ou monitoria nos sábados à tarde. Novos alunos incorporaram-se ao projeto, a partir de um convite distribuído aos alunos dos cursos de graduação vinculados ao Departamento de Informática da UFPR. Já no segundo semestre de 2015, o grupo foi procurado por estudantes vinculados aos grupos PET da área de informática da UTFPR (PETECO

- Engenharia da Computação e PET-CoCE - Computando Culturas com Equidade) interessados em colaborar com o projeto.

É importante ressaltar que, num projeto dessa natureza, em que os alunos atuam como voluntários, é inevitável que haja rotatividade entre os participantes, uma vez que há alunos que iniciam atividades de estágio, de intercâmbio, em outros projetos ou concluem sua graduação. Desde o início, colaboraram efetivamente com o projeto os seguintes estudantes: Alan Gonzalez Meger Zangrandi, Ana Beatriz Oliveira Villela Silva, Ana Paula Lemos da Rocha, André Luis da Silva Machado, Caroline Quadros Cordeiro, Cassiano Yudi Nishiguchi, Clarissa Dreischerf Pereira, Daniel Dutra Rufasto, Dérick Assunção de Sá, Félix Yowtang Liu, Francine Machado Resende, Gabrielly Simette, Gabriel Olescki, Gustavo Hornig de Meira, Ingra Cocharski, João Denis Rodrigues Cabral, Jonatan Otávio Korello, Luiza Maria Wille Culau, Maria Augusta Alves Souza, Matheus Lima de Andrade, Nicole Martinelli Brum, Tomás Abril e William Preillepper.

Essa equipe garante, a cada sábado de aulas, para cada turma, um professor e pelo menos dois monitores. A discussão do processo pedagógico, da preparação dos materiais, da montagem das turmas, da preparação das aulas e da avaliação dos resultados é realizada em reuniões periódicas, todas as quartas-feiras pela manhã, na sala do PET Computação da UFPR.

RESULTADOS OBTIDOS

Desde o início do projeto, 110 imigrantes cursaram os níveis básico e intermediário de capacitação em informática. A cada semestre, inscrevem-se em torno de 60 alunos para as 30 vagas disponíveis.

Um resultado significativamente importante diz respeito à formação complementar oferecida aos alunos da universidade. Mais especificamente, no caso deste projeto, os alunos da computação são da área de ciências exatas, que oferece poucas atividades de extensão e, para eles, abre-se a perspectiva de discutir sua formação interagindo com um grupo social com referenciais históricos, políticos e sociais diversos e para o qual o Brasil não oferece de fato nenhuma política pública de inclusão e não possui, em sua história recente, nenhuma experiência de acolhimento. Nesse sentido, o projeto buscou, nas reuniões periódicas da equipe, discutir e politizar estas questões.

PERSPECTIVAS

A principal atividade que o grupo está envolvido na etapa atual do projeto é a sistematização da experiência acumulada, com o objetivo de fornecer, a partir do segundo semestre de 2016, material de apoio aos imigrantes que seja adequado às características específicas da formação que é realizada no projeto. Uma possível expansão, prevista para um terceiro laboratório, consistirá na oferta de formações mais especializadas, para alunos que tenham concluído o curso intermediário, nas áreas de desenvolvimento web, iniciação à programação, uso de aplicativos de tratamento de imagens, entre outros. Esta expansão busca aproveitar as competências que os diversos grupos PET envolvidos nos projetos têm na oferta de cursos de extensão ou de apoio aos alunos de graduação.

PROJETO DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA: PROJETO DE EXTENSÃO MIGRAÇÃO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: PSICANÁLISE E POLÍTICA NA REDE DE ATENDIMENTO AOS MIGRANTES

O projeto de extensão *Migração e Processos de Subjetivação: Psicanálise e Política na Rede de Atendimento aos Migrantes*, desenvolvido no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná e vinculado ao Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira, iniciou suas atividades em agosto de 2014. Primeiramente, a demanda para a atuação da Psicologia no Programa estava direcionada para ações de acolhimento aos migrantes, especialmente haitianos, residentes em Curitiba e Região Metropolitana e que faziam aulas de língua portuguesa na universidade nos termos descritos acima, estando, portanto, vinculados ao Projeto de Extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária. A demanda para o atendimento da Psicologia advinha de professores de Português e dos atendimentos realizados no campo do Direito, já que percebiam que esses migrantes traçavam histórias de vida e tentativas de inserção social no novo território escolhido para trabalhar e viver que os remetiam ao sofrimento psíquico. Tais profissionais de letras e direito envolvidos no acolhimento entendiam que era preciso uma escuta para os migrantes que extrapolasse o que vinham buscar dessas áreas - uma escuta que visasse ao sujeito e que pudesse contribuir para a construção de políticas públicas voltadas a essa população. Nesse sentido, buscou-se realizar, inicialmente, um acompanhamento das atividades dos outros projetos, bem como uma aproximação aos migrantes haitianos, para compreender e trabalhar a demanda para um atendimento da Psicologia no Programa. Assim, a proposta da Psicologia é a construção e o desenvolvimento de um conjunto de atividades que proporcionem a escuta aos migrantes e um trabalho no sentido de que estes subjetivem sua condição de migrantes e estrangeiros no Brasil. A proposta considera a possibilidade de construção de uma rede simbólica que possa inserir os imigrantes num laço ao outro, a partir do qual constituirá referências para ressignificar sua identidade, elaborar suas perdas e viabilizar a construção de um lugar na cena social. Portanto, trata-se de um trabalho clínico que opera no campo social e político. Nessa via, configura-se como um trabalho em rede, mas também com a rede que visa acolher e atender o migrante.

Como se trata de um projeto vinculado ao Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira, um dos desafios constatados é o *trabalho em rede e multiprofissional*, já que no Programa estão envolvidas outras áreas do conhecimento e de atuação profissional, como o Direito, as Línguas Estrangeiras Modernas, a Informática, a História e as Ciências Sociais. Soma-se a isso a *ausência de referências teóricas e práticas para o desenvolvimento de ações da Psicologia* relacionadas ao tema. No entanto, isso que poderia ser problemático para o atendimento dessa população é justamente o disparador para o desenvolvimento deste trabalho. Por tratar de um tema emergente na realidade social brasileira e internacional, há a possibilidade da *construção de um fazer comprometido com a realidade desses sujeitos e da população que os recebe*, considerando tanto as dimensões subjetivas quanto àquelas relativas às políticas públicas que envolvem o tema. A constatação de que as políticas públicas ainda são insuficientes para acolher essa população dificulta a condição desses sujeitos elaborarem o processo migração, redefinindo seus lugares, suas identidades e elaborando o luto pela perda dos vínculos estabelecidos em seu país de origem, bem como se organizarem para restabelecer sua vida e seus laços em um novo contexto social. A condição de estrangeiro, migrante e, por vezes, refugiado, por si só já indica o rompimento de laços estabelecidos com e no lugar de origem e a necessidade da construção de um lugar e de um discurso a partir do qual esses sujeitos possam reorganizar sua constituição subjetiva. Igualmente, o estrangeiro também localiza um terreno propício para a exclusão e a segregação do outro (CARIGNATO et al, 2013), fenômenos que precisam ser compreendidos para que possam ser trabalhados, seja pela via da constituição de laços, do desenvolvimento de políticas públicas ou de uma escuta clínica que permita situar esses sujeitos na relação com a sua história e o campo social.

O rompimento com a história até então consolidada por estes migrantes e, muitas vezes,

a perda do convívio com a família e os amigos, ou até mesmo a perda desses por mortes, pode configurar para estes sujeitos uma situação traumática, exigindo um processo de elaboração destas perdas e traumas. Nesse sentido, escutar esses migrantes torna-se fundamental para seu processo de subjetivação, já que se encontram em uma condição de exceção num novo sistema de relações sociais, atravessados por suas experiências desenraizantes (DEBIEUX, 2012), num sem lugar no discurso que faz o laço social e, portanto, fora da política. O processo de subjetivação, então, é aquele que permite a mobilização, na relação com o outro e o social, do universo psíquico e simbólico dos sujeitos, viabilizando a vida material e afetiva. Nesse sentido, um trabalho de acolhimento e de escuta desses migrantes permite-lhes a elaboração de seu lugar na cena social, numa prática que remete tanto ao sujeito, quanto às instituições e aos discursos sociais que os acolhem e os interpelam.

Para operacionalizar o trabalho com os migrantes haitianos aqui localizados, desenvolvem-se as seguintes atividades: acompanhamento dos atendimentos realizados pelo projeto do Curso de Direito e de Letras; atendimentos psicológicos clínicos individuais; grupos de trabalho sobre *Vida e Trabalho no Brasil* e sobre *Diferenças Culturais no Processo de Migração*; Orientação Profissional; orientação para estudos na universidade; acompanhamento dos alunos reingressos na UFPR; participação em atividades da Rede de Apoio ao Migrante. A partir dessas ações com os migrantes haitianos, pôde-se verificar uma série de situações que indicam as necessidades e as demandas da população haitiana aqui localizada, a saber, questões relativas: à família e ao convívio familiar; ao desemprego; à queixa sobre o modo e a condição de vida no Brasil; à dificuldade financeira e à exploração no trabalho; à socialização; à marginalização e exclusão do sistema social; à dificuldade de superar as perdas e fazer o luto; à impossibilidade de se colocar no mercado de trabalho brasileiro a partir de uma formação já adquirida no país de origem (advogados, médicos, professores); à sexualidade; entre outros. Nesta direção, o trabalho analítico

“é baseado na escuta clínica, mas ocorre na diversidade das intervenções: em atividades grupais sobre várias temáticas, em oficinas, em escutas singulares, nas intervenções institucionais, na articulação de redes de atenção e na publicização dos acontecimentos e conflitos nas instituições e na vida social.” (DEBIEUX, 2012, p. 35).

De forma geral, é importante registrar que as ações e atividades da Psicologia estão sendo construídas a partir das demandas que chegam da Rede de Atendimento ao Migrante, por vezes considerando aspectos mais objetivos da vida no Brasil, por vezes lidando com temas que envolvem mais diretamente a subjetividade desses migrantes, no entanto, visando sempre à possibilidade da construção de uma rede simbólica que possa inserir esses sujeitos no laço ao outro. Como pontos positivos, refere-se à íntima relação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade, as ações interdisciplinares, a construção do trabalho em rede, o desenvolvimento de políticas públicas para essa população. Como desafios para o projeto e o programa, pode-se citar: a construção de uma referência teórica e metodológica que contemple os diferentes saberes e as diferentes éticas envolvidas na Rede de Atendimento ao Migrante.

"OFICINA DE HISTÓRIA DO BRASIL PARA HAITIANOS", ORGANIZADA NO ÂMBITO DO CURSO DE HISTÓRIA

Dentre os vários projetos desenvolvidos pelo PET-História da UFPR, a Oficina de História do Brasil para Haitianos¹² tem como objetivo promover a ação conjunta entre as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão na graduação, indo além dos limites da universidade, desenvolvendo uma metodologia de trabalho que visa atender as necessidades dos imigrantes haitianos recém-chegados a Curitiba.

Nesse sentido, a organização das atividades foi pensada de modo a transformar os

¹² Para conhecer outras atividades do PET-História, acessar o blog: <https://pethistoriaufpr.wordpress.com/>

modos tradicionais de ensino de conteúdos de História em Brasil e adaptá-los de maneira a promover não só uma produção crítica de conhecimento, como também a cidadania, fomentando o debate público em torno de temas significativos para esse grupo de imigrantes neste momento de chegada no Brasil. Os membros do PET-História responsáveis por essa atividade de extensão realizada ao longo de 2014 e 2015 foram Douglas Figueira Scirea, Felipe Bastos, Gabriel Braga, Jean Carlo Giordani, Jéssica Lima, Maria Victória Ruy, Shirlei Batista dos Santos e Suellen Precinotto, supervisionados na pela tutora do grupo na ocasião, professora Renata Senna Garraffoni.

A base da inspiração teórica para desenvolver uma metodologia de trabalho aberta ao debate de ideias e construção crítica de conhecimento foi David Lowenthal, em especial sua obra *The past is a foreign country*. Nesse livro, inédito em português, Lowenthal já chamava a atenção para o fato que, historiadores (e arqueólogos), precisavam desenvolver a sensibilidade de perceber que as pessoas dão valor ao passado e constroem diversas relações com ele. Isso insere a atividade profissional do historiador em um contexto social e político, além de permitir espaços de diálogo, o que era fundamental para que essa experiência com os haitianos fosse bem sucedida.

Ao se adaptar métodos de ensino da História do Brasil a um público que acabou de chegar no país, desconhecendo a língua portuguesa ou com pouco contato com ela, percebeu-se que mais do que o domínio do conteúdo factual dos períodos correspondentes à História Nacional era preciso pensar em meios de rearticulação de experiências, memórias e de contato com o novo. Nesse sentido, as reflexões de Lowenthal foram fundamentais na medida que o autor afirmava, nessa obra, que a memória e o passado não são estáticos e cabe a nós atribuir sentidos a eles. Portanto, a proposta metodológica de inserir o passado no presente não foi pensada como meio de afirmar heranças e continuidades, mas ao contrário, essas Oficinas se tornaram espaços de reflexão e rearticulação de identidades.

Articular História e Memória pode alterar a percepção do passado, pois permite que se deixe de percebê-lo como linear e se passe a entendê-lo como complexo, cheio de caminhos desconhecidos e, também, de novidades configurando um processo de construção de conhecimento de forma coletiva, democrática, inclusiva e pautada nos direitos humanos. A partir desses princípios foram organizadas as atividades que comentar-se-á a seguir.

A OFICINA

A ideia da Oficina surgiu a partir do convite do Projeto PBMIH que já desenvolvia atividades com a comunidade de imigrantes haitianos em Curitiba. Adaptando a metodologia desenvolvida pelo PET-História e já utilizada desde 2012 na *Oficina de História do Brasil para Estrangeiros*¹³, voltada para intercambistas na Universidade Federal do Paraná, foram organizadas aulas temáticas sobre História do Brasil destacando fatos importantes do país a partir de uma perspectiva não só política, mas social e cultural – utilizando meios multimídia para reprodução de músicas e filmes que se relacionam com o tema proposto em aula, tornando a aula mais dinâmica e fluida – incentivando a participação dos alunos.

A divisão de temas seguiu uma ordem cronológica, a fim de tornar mais didática a apresentação – decisão questionada no andamento das aulas como iremos apresentar na sequência. Os assuntos principais, de modo geral, foram: indígenas e chegada dos portugueses; exploração colonial do Brasil; presença da corte joanina no Brasil; Independência e o Império Brasileiro; escravidão e imigração; Proclamação da República; Estado Novo; Ditadura Militar; e redemocratização chegando até os dias atuais.

Devido ao interesse dos alunos, alguns temas foram mais desenvolvidos e aprofundados, como a escravidão, a questão racial, a independência, a questão da independência do Haiti enquanto estímulo para a independência no Brasil, a formação da República no Brasil, Ditadura Militar e a criação de heróis e símbolos nacionais, como por exemplo, personagens como Zumbi dos Palmares, Dom Pedro I e Tiradentes, e o significado da

13 Sobre o funcionamento dessa Oficina e o material didático produzido pelo PET-História para trabalhar o conteúdo ministrado, cf. <https://pethistoriaufpr.files.wordpress.com/2015/02/brasil-com-issn.pdf>

bandeira nacional com suas formas e suas cores. Havia também grande entusiasmo sobre a política atual, como a formação dos partidos vigentes no poder, a formação de movimentos políticos como o MST, temas sobre a estrutura social brasileira – especialmente a divisão do trabalho, questões relacionadas ao racismo e a discriminação aos imigrantes. Foi possível perceber que os assuntos que mais geravam curiosidade e debate foram aqueles que permitiam aos alunos traços paralelos com a história do Haiti e que diziam respeito a sua realidade enquanto imigrantes – até mesmo em algumas aulas, o ponto de partida de discussão surgiu do próprio aluno, interessado em discutir reportagens da mídia sobre o trabalho escravo na atualidade, por exemplo.

Todas as aulas foram realizadas aos sábados e sempre havia dois membros do PET-História responsáveis pela apresentação e debate do tema proposto. Para isso, foram elaborados slides que resumiam e ilustravam a fala dos ministrantes, e exercícios para promover a discussão e o debate. De fato, a Oficina tinha como foco inicial o intuito de apresentar temas da história brasileira, mas também, com o desenrolar das aulas, percebemos a oficina como um ponto de contato com a língua, ou seja, um lugar para os alunos, enquanto imigrantes, trabalharem o português em discussões, utilizando a língua portuguesa para formular dúvidas, argumentar críticas e apresentar relações entre os dois países.

UM BALANÇO DA EXPERIÊNCIA

Ao longo das atividades realizadas pela Oficina algumas dificuldades foram encontradas, uma delas foi em como introduzir novos alunos (as), chegados (as) no decorrer do semestre e que não tinham o conhecimento do que já havia sido ministrado. Para esse problema, foram propostas algumas mudanças da metodologia que serão apresentadas na continuidade. Outro problema foi a questão do idioma, em alguns casos o uso de conceitos empregados na historiografia dificultam o entendimento e prosseguimento da aula. Problema resolvido, em algumas situações, por membros da comissão, com o uso do inglês ou até mesmo o francês para exemplificar o que era apresentado. Em outros casos substituiu-se conceitos por palavras do cotidiano – tornando o aprendizado mais palpável para iniciantes no idioma.

Diante da primeira dificuldade relatada, no segundo semestre de 2015 entrou-se em contato com a organização do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira e, a partir disso, uma nova metodologia foi proposta. Aboliu-se a organização das aulas pela cronologia e alguns temas foram previamente definidos – dentre aqueles que se mostraram de maior interesse da turma, aqui já mencionados, e foram organizadas palestras temáticas quinzenais – fazendo constante divulgação, nos sábados sem aula, do próximo tema proposto. Com isso buscou-se tornar as aulas mais acessíveis para o caso de falta de um ou outro aluno. Sendo assim, quem perdeu uma aula não ficaria sem a conexão teórica para as próximas aulas. Além disso, conseguiu-se efetuar mais comparações com temas da história haitiana e história geral, buscando o interesse e a facilidade de aprendizado dos alunos e alunas. Com temas de maior amplitude – que abrem um leque maior para discussões – construiu-se aulas com mais oportunidade de diálogo entre os professores e os alunos e alunas.

As dificuldades detectadas foram encaradas como desafios inerentes ao contexto dos imigrantes haitianos: muitos deles de baixa renda, com dificuldades de ir até a Universidade devido ao trabalho, alguns apenas de passagem rápida por Curitiba e ainda iniciantes na língua portuguesa. Essa situação proporcionou a todos do grupo muitas aprendizagens, não só de pesquisa de conteúdo e metodologia na construção das aulas, mas permitiu a oportunidade de conhecer outra realidade, uma realidade que ultrapassa os muros da universidade e se encontra inserido no contexto da migração e das formas de se adaptar ao novo contexto de chegada. Por meio do diálogo com os alunos, essa outra realidade ganhou forma e novas histórias foram conhecidas, novas maneiras de pensar a diferença. Ao final o projeto se tornou em algo muito maior que o ensino da História do Brasil, passou a funcionar como um lugar de acolhimento e trocas – uma maneira de proporcionar oportunidades, tanto para os professores – enquanto estudantes de história

e futuros professores –, quanto para os alunos – recém-chegados no país. Nesse sentido, a Oficina se mostrou um espaço propício a novas formas de ensino e de rearticulações do passado, experimentando na prática aquilo já apontado por Lowenthal: articulações entre História e Memória podem se constituir em um espaço de construção de cidadania e, acrescente-se, de inclusão social em um contexto de imigração como esse vivenciado pelos haitianos.

PESQUISA SOBRE IMIGRANTES HAITIANOS NO PARANÁ REALIZADA PELO GRUPO DE PESQUISA MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E MULTICULTURALISMO

A pesquisa sobre imigrantes haitianos no Paraná é uma das atividades inscritas no Grupo de Pesquisa Migrações Internacionais e Multiculturalismo, registrado no CNPq e liderado pelo Professor Márcio de Oliveira. Está ligado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, e conta hoje com a participação de duas alunas de mestrado – Priscila Costa e Tamara Rezende – e um aluno da graduação em Ciências Sociais, Fernando Lajus, cada um deles pesquisando dimensões específicas da investigação em tela¹⁴. Finalmente, a pesquisa conta com a parceria institucional do Observatório das Migrações Internacionais, coordenado pelo Professor Leonardo Cavalcanti, sediado na Universidade de Brasília e ligado ao Centro de Pesquisa sobre as Américas¹⁵ que abriga o Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

A presença de imigrantes haitianos no Brasil vem sendo examinada sob diversos ângulos, desde a história do Haiti e sua relação com as potências coloniais (França e EUA), passando pela questão internacional, indo então dos grandes diagnósticos sociodemográficos sobre o perfil do haitiano migrante no Brasil até relatos localizados sobre percursos individuais ou sobre aspectos específicos da cultura haitiana, tais como as questões linguística e religiosa, como demonstram os estudos de Valler Filho (2007), Rodrigues (2008); Rosa (2010), Caisse (2012), Costa (2012), Caffeu e Cutti (2012) Loquidor (2013), Zeferino (2014), Castro e Fernandes (2014), Cavalcanti et al. (2015), Contiguiba e Pimentel (2015) e Peres (2015). Na investigação, foram focadas as trajetórias individuais, o grau de integração (formas de organização social, formas de lazer, práticas culturais e religiosas, etc.) e as perspectivas futuras dos imigrantes. Pesquisou-se ainda a relação disso tudo com as diversas instituições (atores públicos, religiosos e ONGs) que executam localmente a política migratória e/ou acompanham e prestam assistência direta aos imigrantes. Pretendemos verificar no longo prazo em que medida essa migração segue os caminhos de integração da clássica imigração europeia para os EUA, tal como analisado por Alba e Nee (1999) ou se, numa variante, construirão trajetórias próximas ao modelo definido por Portes e Rubault (2001) para a imigração latino-americana recente nos Estados Unidos. Como ainda não há uma segunda geração desses imigrantes no Brasil, desenvolveu-se e foram aplicados dois conceitos – *habitus* migrante e capital de mobilidade – derivados da teoria da ação de Pierre Bourdieu (1972; 1979; 1980; 1986; 2002), no intuito de indicar qual dos modelos de integração acima mais se aproxima(rá) da realidade brasileira.

Em termos gerais, o grau de integração dos haitianos à sociedade brasileira é baixo. Trata-se de uma aspiração que se situa ainda a meio caminho entre o desejo de ficar e a adaptação às práticas sociais brasileiras, processo que é bastante mediado pela socialização exercida pelos atores religiosos. No presente momento, já é possível dizer que as imagens negativas sobre o Haiti e também sobre os próprios haitianos, veiculadas pelos meios de comunicação, em especial pela imprensa escrita (TÉLÉMAQUE, 2012), são efetivamente um freio à integração social mais ampla. A inexistência de imagens positivas reduz os haitianos à condição única de “imigrantes pobres”, egressos de país mais pobre

14 Fernando Lajus pesquisa estudantes migrantes matriculados hoje na UFPR. Priscila Costa pesquisa ocorrências criminais dentre imigrantes e contra eles. Tamara Resende pesquisa os atores institucionais públicos e privados que, no Paraná, executam a política e as ações de acolhimento e de integração direcionadas aos imigrantes.

15 Para maiores informações, ver www.ceppac.unb.br

ainda. O incômodo com as imagens negativas produz dois comportamentos. De um lado, a vontade de mostrar outra realidade, com a criação de manifestações artísticas (grupos musicais, sobretudo) e de projetos empresariais (venda de produtos haitianos no Brasil). De outro, a vontade de partir, mas não necessariamente para retornar ao Haiti. Ainda assim, para além da categoria social – imigrantes haitianos – foram encontrados indivíduos particulares oriundos de realidades distintas. A distinção sendo pois a regra, os processos integrativos e as trajetórias podem variar bastante. Portanto, ao lado dos capitais social e cultural, como definidos por Bourdieu, o projeto pensou num tipo de **capital de mobilidade** – pessoal ou familiar – adquirido socialmente, mas fundamentalmente diferente de indivíduo para indivíduo. Esse capital seria o fator principal que, caso o indivíduo não se sinta confortável no novo país, lhe possibilita continuar migrando. Daí a importância da dupla nacionalidade e/ou a experiência de uma migração anterior, própria ou compartilhada com um membro próximo da família.

Até aqui o projeto encontrou obstáculos de diversas ordens, desde a inexistência de uma política de acolhimento e de integração por parte dos atores oficiais – o que faz com que os pesquisadores sejam instados a desempenhar esse papel – até questões mais prosaicas como a compreensível falta de tempo ou de interesse dos imigrantes em participar das pesquisas. O grande desafio pode vir exatamente dessa posição aparentemente ambígua do pesquisador e de sua instituição, ou seja, de sua capacidade de estar na academia e na sociedade ao mesmo tempo: pesquisar não sobre os imigrantes, mas com eles; compreendê-los não a partir de categorias analíticas, mas a partir das experiências que conosco partilham.

RESULTADOS

Inúmeros são os resultados alcançados pelo Programa em si e individualmente pelos seus Projetos. Eles podem ser concentrados em três grandes subdivisões: atendimentos realizados ao público alvo, políticas públicas implementadas na Universidade e aproximações com entidades externas.

No primeiro grupo, destacam-se as ações já expostas, como as aulas de português que já foram ministradas a mais de 1200 migrantes, sendo que, dentre eles, todos que tiveram alguma demanda jurídica receberam atendimento nesse sentido. Também foram ofertadas aulas de informática e de história do Brasil, além de atendimento psicológico.

Em relação às Políticas Públicas na Universidade, o Programa teve papel fundamental na expedição da Resolução nº 13/14-CEPE, que define normas sobre acesso de migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado de seu país de origem ou de visto humanitário e que tenham iniciado cursos superiores em instituições de ensino no estrangeiro aos cursos de graduação da UFPR, com fulcro no Art. 44 da Lei nº 9474 de 20 de julho de 1997; e na Resolução nº 02/16 (ex-58/14) – CEPE, que estabelece normas para revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior requerida por migrantes regularmente admitidos no Brasil e portadores do estado de refugiado ou de visto humanitário. Do mesmo modo, o Programa foi imprescindível para a expedição da Resolução n. 5/15 do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR que estabelece vagas para migrantes portadores de visto humanitário e refugiados. O Projeto Hospitalidade teve atuação decisiva nessas três conquistas institucionais. Sete migrantes ingressaram na Universidade em 2015, com base na Resolução 13/14, dezoito ingressaram em 2016 e 14 em 2017.

Várias aproximações foram realizadas com entidades externas. Como exposto anteriormente, a parceria da UFPR com o ACNUR, especialmente com a concretização da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, esteve no cerne do Programa.

Em março de 2015, através do Programa, a UFPR firmou com o Ministério Público do Trabalho no Paraná um Acordo de Cooperação Técnica com a finalidade de desenvolver ações para reduzir a vulnerabilidade social e aperfeiçoar a integração de pessoas portadoras de visto humanitário, refugiadas e pessoas estrangeiras resgatadas da situação de trabalho em condições degradantes ou análogas à de escravidão. Para tanto, o

Programa vem promovendo ações de extensão para fortalecer a participação e integração social, na perspectiva da cidadania e dos direitos humanos, de migrantes e refugiados, com a finalidade instituir uma cultura de fortalecimento da igualdade, na universidade, na sociedade, demais órgãos públicos e empresas.

Além disso, o Programa tem parceria efetiva e constante com a ONG Casla (Casa Latino-americana), a Associação dos Haitianos em Curitiba (GADES), a Pastoral do Migrante, a Cáritas, a Prefeitura Municipal de Curitiba - por meio de diversos órgãos internos, a Fundação Cultural de Curitiba, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, o Consulado da Síria em Curitiba, além de integrar o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), vinculado a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muita atividade já foi realizada pelo Programa e seus projetos desde o final do ano de 2013. Há muito espaço para novas frentes de trabalho e aprimoramento do que já tem sido feito. É fundamental que se consolide um diálogo permanente e respeitoso com os refugiados e migrantes e suas organizações, para compreender suas realidades vividas, identificar suas demandas e trabalhar propostas de diminuição de suas necessidades e de sua vulnerabilidade, na perspectiva do fortalecimento de sua autonomia para a defesa de seus direitos. A relação dialógica deve ser constantemente estimulada para que as ações não ocorram apenas no sentido universidade - migrante, mas que tenham o sentido inverso também, de modo que a prática extensionista retorne para os professores, e principalmente para os alunos, com a vivência e com o conhecimento que a comunidade alvo possui.

A inclusão social efetiva desses sujeito deve continuar sendo a finalidade maior do Programa, sempre respeitando suas diferenças pessoais de gênero, cor/raça, crenças religiosas, e suas especificidades culturais. A inclusão social tem sido apreendida e trabalhada pelo Programa, a partir de demandas mais urgentes que se apresentem como obstáculos imediatos a essa inclusão, tais como: a barreira linguística e sua superação; a inclusão digital; a defesa de direitos e o acesso à justiça; a diminuição de sofrimento psicológico pelo desenraizamento; e o desconhecimento de elementos da história do Brasil, que resultam em diferenças culturais, preconceitos e discriminações. Mas pode ir além. Essa atuação concreta suscita, necessariamente, a reflexão sobre a construção de políticas públicas que possam diminuir ou eliminar tais barreiras e problemas.

O Programa de fato se insere nos espaços de formulação de políticas públicas, seja em conferências, comitês, fóruns, conselhos, eventos, cursos e outras atividades que possibilitem uma interação dialógica entre a UFPR e os demais segmentos da sociedade e suas organizações - o que pode ser ampliado.

Para enfrentar a grande complexidade dos problemas e o expressivo número de demandas, o Programa assumiu um caráter genuinamente interdisciplinar, que encontra nos referenciais teóricos da filosofia contemporânea e dos direitos humanos o seu ponto de convergência para suas atuações específicas. Novos campos do conhecimento, marcos teóricos e cursos de graduação podem ser incluídos.

Em suas ações, o Programa recolhe os conhecimentos e contribui para o aprofundamento de atividades curriculares de ensino, e suas práticas incidem sobre as atividades de pesquisa dos diversos grupos que trabalham com o tema de migrações e refúgio, nas várias áreas do conhecimento, resultando na efetiva indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

É esperado, por fim, que tais experiências possam contribuir para outros pesquisadores da área de migração e refúgio, ampliando o efeito da sua experiência como exemplo em potencial para outros projetos de extensão e pesquisa, dentro e fora da UFPR.